



Contribuinte Individual – Evolução de 1998 a 2002

Geíse de Castro Pouchain

Auditora Fiscal da Previdência Social e Coordenadora da Secretaria de Previdência Social

Luciano Fávoro Bissi

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Coordenador da Secretaria de Previdência Social

O objetivo deste artigo é analisar a evolução do estoque de Contribuintes Individuais da Previdência Social nos últimos anos, segundo algumas bases de dados disponíveis.

A Lei n.º 8.212, de 24.07.91, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 9.876, de 26.11.99, inclui na categoria de Contribuinte Individual os seguintes segurados:

- a) a pessoa física que explora atividade agropecuária ou pesqueira (artigo 12, V, “a”);
- b) a pessoa física que explora atividade de extração mineral - garimpo (artigo 12, V, “a”);
- c) o ministro de confissão religiosa e membro de instituto de vida consagrada (artigo 12, V, “c”);
- d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional de que o Brasil seja membro efetivo (artigo 12, V, “e”);
- e) o empresário, o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, e o síndico de condomínio, desde que receba remuneração (artigo 12, V, “f”);
- f) o autônomo (artigo 12, V, “g” e “h”).

Já o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048, de 06.05.99 e alterado pelos Decretos n.os 3.265/99 e 4.032/01, arrola, ainda, como Contribuintes Individuais:

- a) o aposentado de qualquer regime previdenciário nomeado magistrado classista temporário da Justiça do Trabalho;
- b) o cooperado de cooperativa de produção.



Nesse artigo, serão considerados como Contribuintes Individuais, além dos segurados citados anteriormente, os que contribuem como Facultativo, Empregado Doméstico e Segurado Especial, embora estes não façam parte da conceituação legal daqueles.

Serão analisados 2 enfoques do estoque de segurados, conforme descrito a seguir:

- i - Estoque de segurados, levando-se em conta o mês a que se refere a contribuição previdenciária (mês competência);
- ii - Estoque dos segurados que contribuíram pelo menos uma vez no ano em referência.

ESTOQUE – Critério Competência do Recolhimento – Quantidade de Contribuintes X Arrecadação

A tabela 1 e gráfico 1 apresentam a evolução da quantidade de Contribuintes Individuais, conforme o mês de competência do recolhimento, considerando o período que vai de janeiro de 1998 a dezembro de 2002. Percebe-se que houve um aumento de 5,31% entre 2001 e 2002. Este crescimento pode ser atribuído, em parte, à paralisação dos servidores do INSS entre agosto e novembro de 2001, o que afetou significativamente o fluxo de novas inscrições naquele ano – e conseqüentemente o estoque. Mas comparando o ano de 2002 com o estoque verificado em 2000, verifica-se um incremento de 2,5%. A despeito do crescimento em 2002, constata-se uma certa estagnação no estoque de contribuintes individuais em um patamar médio de 4,7 milhões de pessoas nos últimos anos.

TABELA 1

Quantidade dos Contribuintes Individuais - Visão Competência - 1998 a 2002

MES	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	4.597.978	4.643.779	4.818.706	4.738.605	4.794.860
Fevereiro	4.561.367	4.661.167	4.823.082	4.741.498	4.847.526
Março	4.591.904	4.702.895	4.812.462	4.772.261	4.879.083
Abril	4.606.165	4.769.993	4.790.953	4.734.130	4.916.751
Mai	4.626.005	4.797.089	4.765.473	4.700.473	4.899.167
Junho	4.632.330	4.766.096	4.785.366	4.741.840	4.917.155
Julho	4.655.260	4.784.049	4.735.896	4.656.881	4.922.010
Agosto	4.641.228	4.790.928	4.753.677	4.630.279	4.939.892
Setembro	4.634.971	4.800.760	4.756.949	4.621.139	4.926.204
Outubro	4.631.706	4.774.164	4.716.402	4.567.862	4.904.846
Novembro	4.622.437	4.781.707	4.660.407	4.449.458	4.808.932
Dezembro	4.581.773	4.770.746	4.623.918	4.165.208	4.708.719
Média	4.615.260	4.753.614	4.753.608	4.626.636	4.872.095

Fonte: DATAPREV

Elaboração: SPS/MPS

Dados de 13/03/2003

EXPEDIENTE: Ministro da Previdência Social: Ricardo Berzoini • Secretário Executivo: Álvaro Solon de França • Secretário de Previdência Social: Helmut Schwarzer • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Rafael Liberal Ferreira de Santana • Corpo Técnico: Andrea Barreto de Paiva, Geíse de Castro Pouchain, Luciano Fávaro Bissi, Mariana Reino • Distribuição: Flávio Hitosi Ywata.

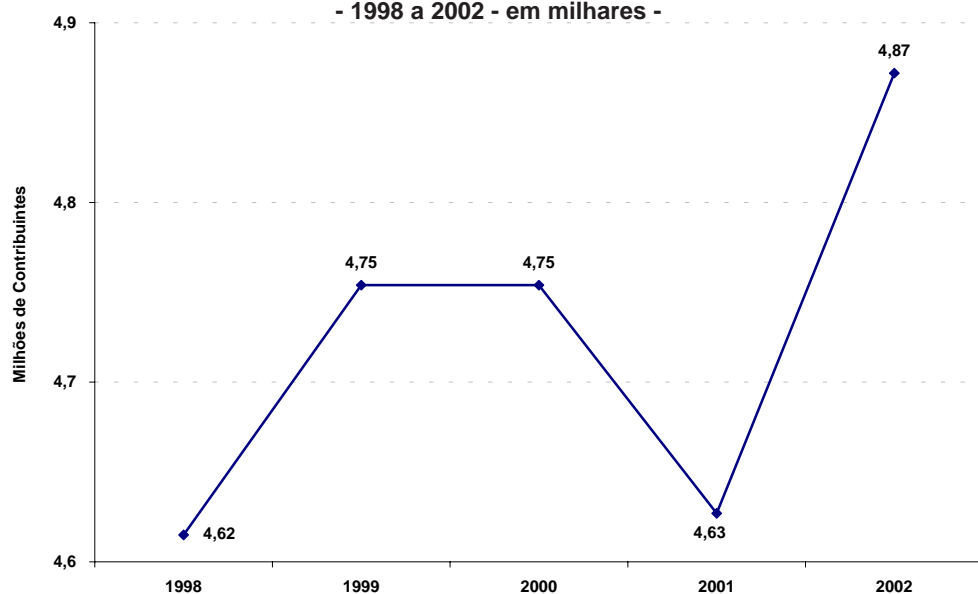
O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdenciasocial.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: Ministério da Previdência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 317-5011. Fax (0XX61) 317-5408 • e-mail: cgep@df.previdenciasocial.gov.br



GRÁFICO 1
Evolução da Quantidade Média de Contribuintes Individuais
- 1998 a 2002 - em milhares -



Fonte: DATAPREV
 Elaboração: SPS/MPS
 Dados de 13/03/2003

Pelo lado da arrecadação, verifica-se que, em termos nominais, vem ocorrendo um incremento ao longo dos últimos anos, provavelmente devido aos reajustes de rendas dos contribuintes (reajuste do salário mínimo) e, por conseguinte, do aumento das contribuições previdenciárias.

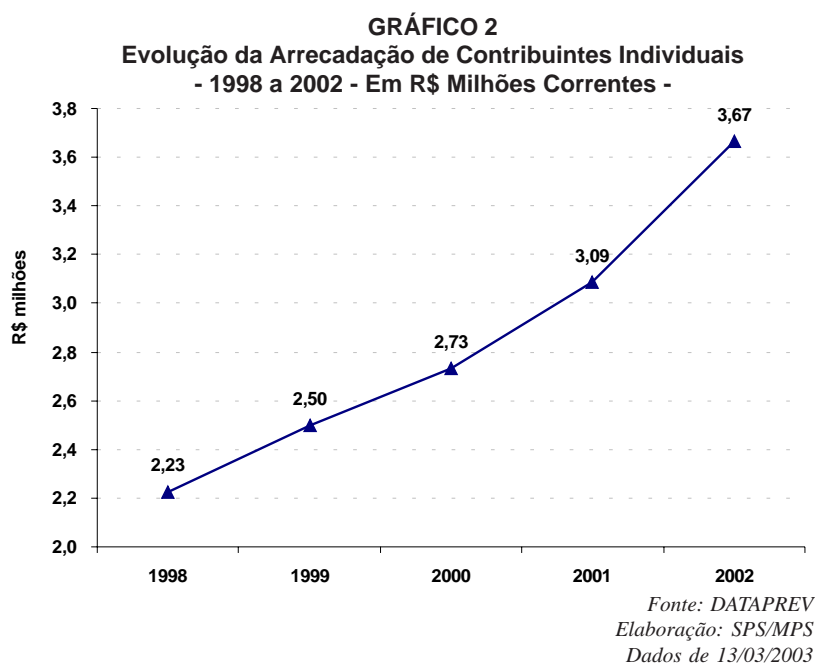
Em 2001, ingressaram R\$ 3,1 bilhões provenientes do recolhimento dos Contribuintes Individuais, sendo 12,88% superior ao verificado em 2000 (R\$ 2,7 bilhões). Em 2002, a arrecadação atingiu R\$ 3,7 bilhões, o que representa 18,85% de acréscimo em relação a 2001. Comparando com a arrecadação líquida total da Previdência (R\$ 71,0 bilhões), a receita oriunda dos contribuintes individuais representou 5,2%. O gráfico 2 ilustra a evolução da arrecadação nominal dos Contribuintes Individuais.

TABELA 2
Arrecadação dos Contribuintes Individuais
Visão Competência - 1998 a 2002 - Em R\$ Milhões correntes.

MÊS	1998	1999	% 99/98	2000	% 00/99	2001	% 01/00	2002	% 02/01
Janeiro	177,75	195,96	10,24	215,98	10,22	238,40	10,38	281,82	18,22
Fevereiro	176,33	195,66	10,96	216,50	10,65	238,78	10,29	284,50	19,15
Março	177,15	198,73	12,18	216,94	9,16	242,23	11,66	287,52	18,69
Abril	177,65	201,91	13,66	225,77	11,82	259,69	15,02	302,78	16,59
Mai	185,68	206,56	11,25	227,72	10,24	262,19	15,14	306,11	16,75
Junho	189,22	213,70	12,94	233,50	9,26	271,73	16,37	314,77	15,84
Julho	190,39	213,73	12,26	232,44	8,76	268,07	15,33	316,63	18,12
Agosto	189,63	214,00	12,85	233,19	8,97	267,27	14,62	317,91	18,95
Setembro	190,24	214,36	12,67	234,67	9,48	268,65	14,48	317,55	18,20
Outubro	190,34	214,26	12,57	232,09	8,32	263,97	13,74	316,28	19,82
Novembro	189,16	213,76	13,01	232,02	8,54	258,74	11,51	312,42	20,75
Dezembro	192,45	215,57	12,01	232,08	7,66	245,31	5,70	308,36	25,70
Total no Ano	2.225,98	2.498,19	12,23	2.732,91	9,40	3.085,03	12,88	3.666,66	18,85

Fonte: DATAPREV
 Elaboração: SPS/MPS
 Dados de 13/03/2003





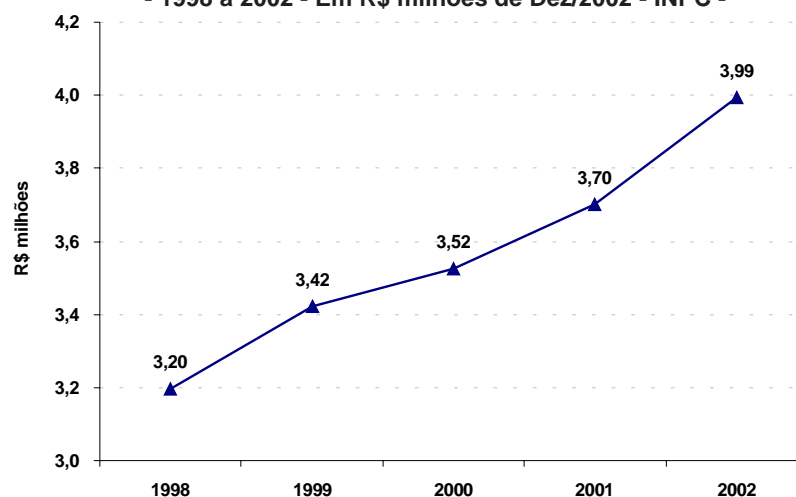
Em termos reais, utilizando-se o INPC, observa-se um incremento da ordem de 5,05% entre 2001 e 2000. Em 2002, o acréscimo na arrecadação em relação a 2001 foi de 7,89%. A participação na arrecadação líquida total real – que foi de R\$ 76,9 bilhões – chegou a 5,2% em 2002. O gráfico 3 ilustra a evolução da arrecadação real dos Contribuintes Individuais.

TABELA 3
Arrecadação dos Contribuintes Individuais
Visão Competência - 1998 a 2002 - Em R\$ milhões de Dez/2002 - INPC

MÊS	1998	1999	% 99/98	2000	% 00/99	2001	% 01/00	2002	% 02/01
Janeiro	258,92	279,07	7,78	283,78	1,69	297,08	4,68	319,94	7,70
Fevereiro	255,47	275,09	7,68	284,33	3,36	296,10	4,14	321,98	8,74
Março	255,41	275,88	8,02	284,53	3,13	298,95	5,07	323,39	8,18
Abril	254,98	278,99	9,42	295,85	6,04	317,82	7,43	338,25	6,43
Maiο	264,60	285,26	7,81	298,55	4,66	319,07	6,87	341,67	7,08
Junho	269,24	294,93	9,54	305,22	3,49	328,70	7,70	349,21	6,24
Julho	271,67	292,79	7,77	299,67	2,35	320,71	7,02	347,28	8,28
Agosto	271,92	291,55	7,22	297,03	1,88	317,25	6,81	345,71	8,97
Setembro	273,64	290,91	6,31	297,64	2,31	317,49	6,67	342,47	7,87
Outubro	273,48	288,02	5,32	293,90	2,04	309,06	5,16	335,83	8,66
Novembro	272,27	284,67	4,55	292,96	2,91	299,08	2,09	320,86	7,28
Dezembro	275,86	284,98	3,30	291,43	2,26	281,47	(3,42)	308,36	9,55
Total no Ano	3.197,46	3.422,14	7,03	3.524,87	3,00	3.702,78	5,05	3.994,96	7,89

Fonte: DATAPREV
Elaboração: SPS/MPS
Dados de 13/03/2003

GRÁFICO 3
Evolução da Arrecadação de Contribuintes Individuais - Visão Competência
- 1998 a 2002 - Em R\$ milhões de Dez/2002 - INPC -

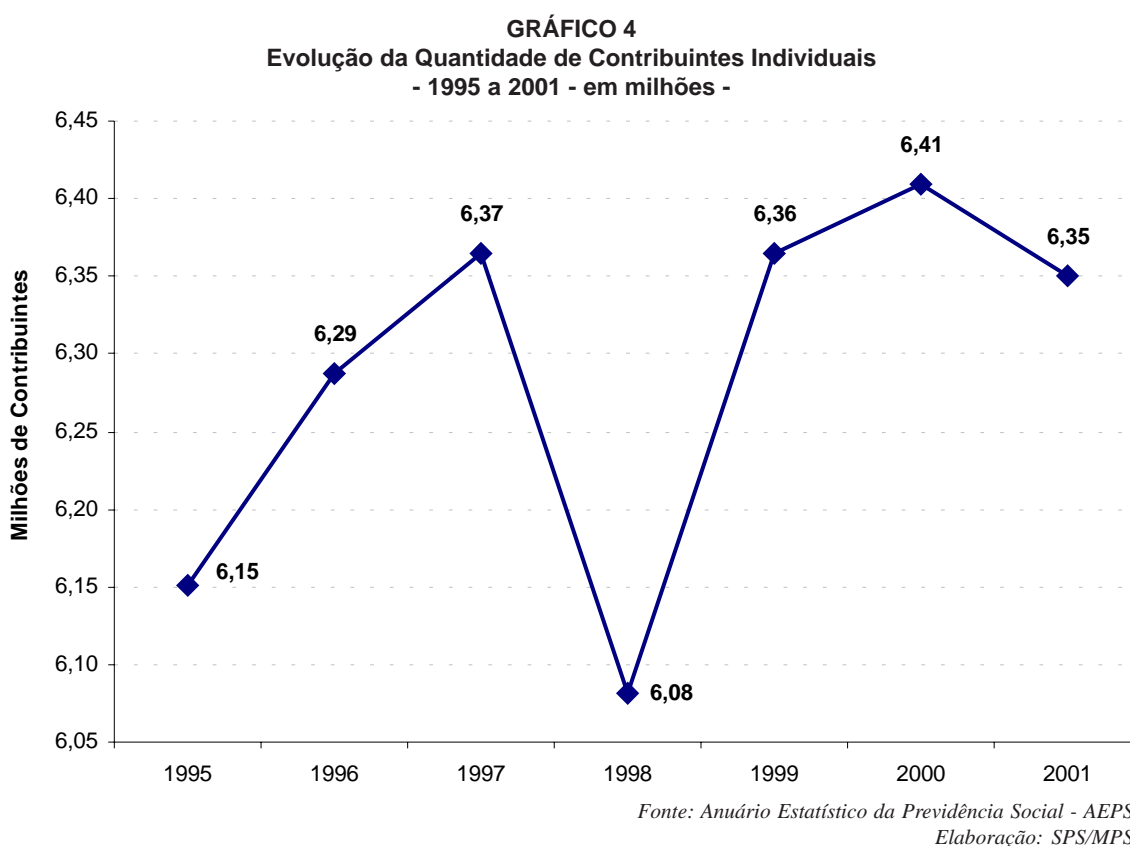


Fonte: DATAPREV
Elaboração: SPS/MPS
Dados de 13/03/2003

ESTOQUE – Critério Quantidade de Contribuições no Ano

Dentre as bases de dados de contribuintes individuais, existe um enfoque diferenciado em relação ao apresentado anteriormente, que engloba todas as pessoas classificadas nessa categoria de segurados que tiveram, em cada ano, pelo menos um recolhimento mensal à Previdência Social e, por conseguinte, não perderam a qualidade de segurado.

Sob esse critério, as quantidades se mostram bem superiores àquelas apresentadas no enfoque abordado anteriormente. Vale ressaltar, inclusive, um aumento em torno de 270 mil contribuintes entre os anos de 1998 e 2001, como pode ser constatado no gráfico 4. O acompanhamento desse indicador mostra-se importante na medida em que pode subsidiar práticas de alerta e/ou incentivo para que o contribuinte não perca sua qualidade de segurado.

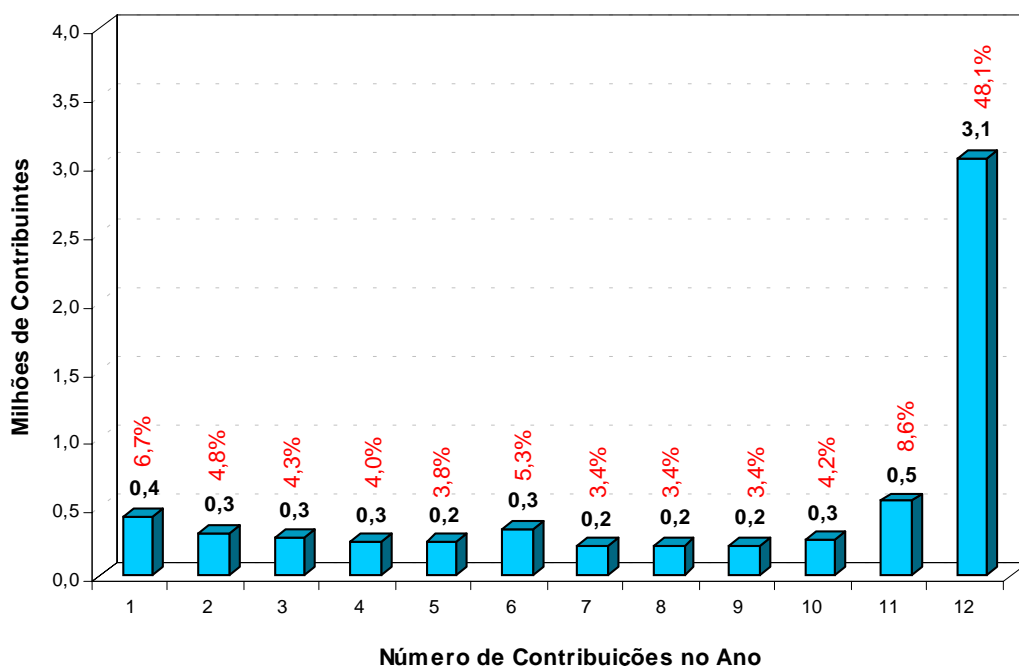


Quanto à arrecadação, os valores anuais estão bem próximos aos já mostrados na tabela 2, que fornece uma visão de recolhimentos por mês de competência, considerando que em ambos os enfoques é utilizado o mesmo critério de agrupamento dos valores de contribuição previdenciária.

Importante observar que, em 2001, de todos os contribuintes individuais que efetivaram pelo menos uma contribuição à Previdência Social, cerca de 48,1% efetuaram todos os recolhimentos, como pode ser visto no gráfico 5. Isso demonstra que, somado ao esforço para a realização de novas inscrições, é mister que se criem mecanismos de incentivo para que o segurado não venha a perder esta qualidade por falta de recolhimento ou não possa aposentar-se por insuficiência de tempo de contribuição.



GRÁFICO 5
Quantidade de Contribuições no Ano por Contribuintes Individuais
- 2001 -



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS
 Elaboração: SPS/MPS

Considerações Finais

Pode-se resumir, em termos de avaliação da evolução das quantidades de Contribuintes Individuais mostradas neste artigo:

- a) sob o critério de competência do recolhimento, há uma quantidade estável de contribuintes individuais de, aproximadamente, 4,7 milhões, sem evoluções perceptíveis em relação às pessoas que estavam efetivamente contribuindo para a Previdência entre 1998 e 2002;
- b) sob o critério de quantidade de contribuições no ano, há um número maior de contribuintes individuais (cerca de 6 milhões de pessoas), pois englobam-se todos os segurados que fizeram pelo menos um recolhimento mensal em cada ano. Entre 1998 e 2000 verificou-se um acréscimo de 400.000 pessoas que contribuíram em cada um desses anos. Esse indicador pode subsidiar políticas de incentivo para que o contribuinte evite a perda da qualidade de segurado.

Entre 1998 e 2000 observa-se que, embora estivesse havendo mensalmente novas inscrições e que alguns contribuintes voltaram a contribuir pelo menos uma vez no ano, não foi sensível o acréscimo no estoque de segurados, o que pode levar a concluir que essas pessoas, em algum momento, desistiram de permanecer vinculados à Previdência Social, assim sendo necessário um trabalho constante de acompanhamento e estímulo sobre esse segmento de pessoas.



Saldo Previdenciário e Arrecadação

Necessidade de Financiamento (INPC de jan/03)

No mês (jan)	R\$ 1,74 bilhão
Últimos 12 meses	R\$ 19,30 bilhões

A Previdência Social apresentou em janeiro de 2003 uma necessidade de financiamento de R\$ 1,74 bilhão, resultado de uma arrecadação de R\$ 5,46 bilhões frente a uma despesa de R\$ 7,20 bilhões. Houve, em relação a janeiro de 2002, um crescimento de 45,7% na necessidade de financiamento em virtude da queda de 8,5% na arrecadação líquida e do crescimento de 0,5% no pagamento de benefícios previdenciários. A redução da arrecadação líquida foi consequência da significativa diminuição de 8,1% das receitas correntes, que passaram de R\$ 6,3 bilhões em 2002 para R\$ 5,8 bilhões, e do crescimento de 3,6% das Transferências a Terceiros (R\$ 736,0 milhões para R\$ 762,4 milhões). Ressalte-se que nos meses de janeiro verifica-se a elevação sazonal no patamar de transferências a terceiros (em jan/03, 71,0% superior à média de fev/02 a dez/02) em virtude do pagamento de contribuições sobre o 13º salário. As medidas de recuperação de créditos continuaram apresentando bom desempenho, com crescimento de 3,4%.

TABELA 1
Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário (jan/02, dez/02 e jan/03) - Em R\$ milhões de jan/03 (INPC)

	jan/02 (A)	dez/02 (B)	jan/03 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a jan/02	Acum. Jan. a jan/03	Var. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	5.969,1	10.322,1	5.461,4	(47,1)	(8,5)	5.969,1	5.461,4	(8,5)
1.1. Receitas Correntes	6.347,8	10.366,1	5.835,0	(43,7)	(8,1)	6.347,8	5.835,0	(8,1)
Pessoa Física (1)	377,5	402,9	347,7	(13,7)	(7,9)	377,5	347,7	(7,9)
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	146,0	299,4	132,7	(55,7)	(9,1)	146,0	132,7	(9,1)
SIMPLES - Repasse STN (3)	312,7	295,6	323,6	9,5	3,5	312,7	323,6	3,5
Empresas em Geral	4.380,3	7.865,0	3.964,7	(49,6)	(9,5)	4.380,3	3.964,7	(9,5)
Entidades Filantrópicas (4)	65,4	120,1	56,4	(53,1)	(13,9)	65,4	56,4	(13,9)
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	300,5	494,2	206,7	(58,2)	(31,2)	300,5	206,7	(31,2)
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	267,0	267,2	319,5	19,6	19,7	267,0	319,5	19,7
Clubes de Futebol	0,7	3,0	0,7	(76,2)	5,6	0,7	0,7	5,6
Comercialização da Produção Rural (7)	71,7	112,9	87,9	(22,2)	22,5	71,7	87,9	22,5
Retenção (11%)	371,6	433,3	335,1	(22,7)	(9,8)	371,6	335,1	(9,8)
Reclamatória Trabalhista	52,5	68,9	44,4	(35,5)	(15,3)	52,5	44,4	(15,3)
Outras Receitas	1,9	3,7	15,5	312,9	712,2	1,9	15,5	712,2
1.2. Recuperação de Créditos	385,2	484,4	398,3	(17,8)	3,4	385,2	398,3	3,4
Fundo Nacional de Saúde - FNS (8)	1,4	1,0	1,0	(3,4)	(30,1)	1,4	1,0	(30,1)
Certificados da Dívida Pública - CDP (9)	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	47,3	69,1	-	(100,0)	(100,0)	47,3	-	(100,0)
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	42,5	30,4	35,1	15,4	(17,3)	42,5	35,1	(17,3)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	14,8	18,7	31,0	65,7	110,0	14,8	31,0	110,0
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	60,5	36,1	110,4	205,8	82,3	60,5	110,4	82,3
Débitos (14)	19,9	75,6	20,5	(72,9)	3,0	19,9	20,5	3,0
Parcelamentos Convencionais (15)	137,0	158,6	129,1	(18,6)	(5,8)	137,0	129,1	(5,8)
Amortização de Débitos - Retenção FPM/FPE (16)	61,8	94,7	71,2	(24,9)	15,2	61,8	71,2	15,2
1.3. Restituições de Arrecadação	(27,9)	(45,8)	(9,5)	(79,2)	(65,9)	(27,9)	(9,5)	(65,9)
1.4. Transferências a Terceiros	(736,0)	(482,6)	(762,4)	58,0	3,6	(736,0)	(762,4)	3,6
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	7.163,5	13.393,7	7.201,3	(46,2)	0,5	7.163,5	7.201,3	0,5
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(1.194,3)	(3.071,5)	(1.740,0)	(43,4)	45,7	(1.194,3)	(1.740,0)	45,7

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)

Elaboração: SPS/MPS

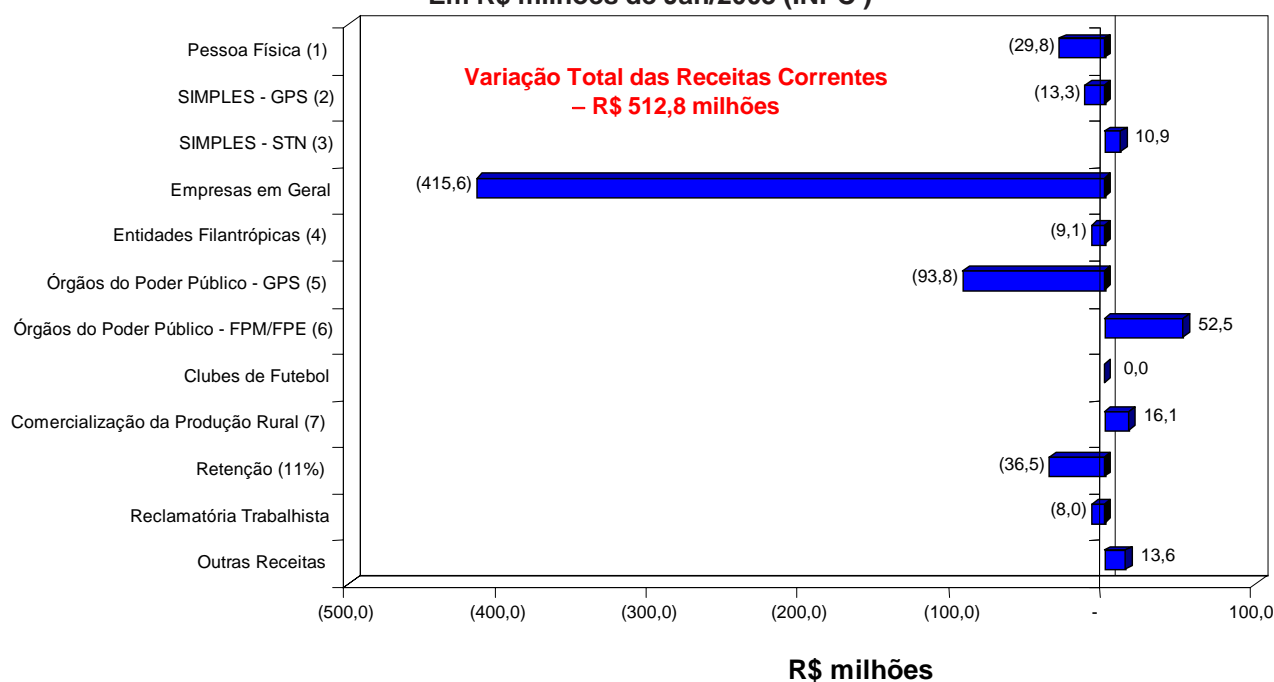
Obs.: Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada através do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

- (1) Contribuinte Individual, Emprego Doméstico, Seguro Especial e Facultativo.
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.
- (10) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
- (15) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.
- (16) Amortização de débitos de Estados e Municípios, por meio de retenção do FPM e FPE.



A variação das receitas correntes representou queda de arrecadação de R\$ 512,8 milhões em relação a 2002, como pode ser visto no gráfico 1. Os decréscimos de R\$ 415,6 milhões em empresas em geral (-9,5%) e de R\$ 93,8 milhões em Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (-31,2%) foram os principais responsáveis por esse movimento. Como incrementos destacam-se Órgãos do Poder Público – FPM/FPE (R\$ 52,5 milhões, ou 19,7%) e SIMPLES – STN (R\$ 10,9 milhões, ou 3,5%), conforme pode ser visto no gráfico 1.

GRÁFICO 1
Variação das Receitas Correntes (Janeiro) de 2003 em relação a 2002
- Em R\$ milhões de Jan/2003 (INPC) -



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informatar)
 Elaboração: SPS/MPS
 Obs.: Ver tabela 1.

O fraco desempenho das receitas correntes pode ser explicado pelo comportamento do mercado de trabalho que, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, levou a uma queda de 4,1% na média salarial dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, que era de R\$ 916,32 entre janeiro e outubro de 2001 e passou para R\$ 879,07 no mesmo período de 2002. Essa redução salarial, compensada em parte pelo aumento de 2,9% no número de trabalhadores com carteira de trabalho, levou a uma queda de 1,3% na massa salarial em relação a 2001.

O mesmo comportamento de crescimento do número de trabalhadores formais foi detectado pelo CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que mostrou um aumento de 3,6% nos postos de trabalho formais. Mas esta pesquisa não possui dados acerca do rendimento desses trabalhadores.

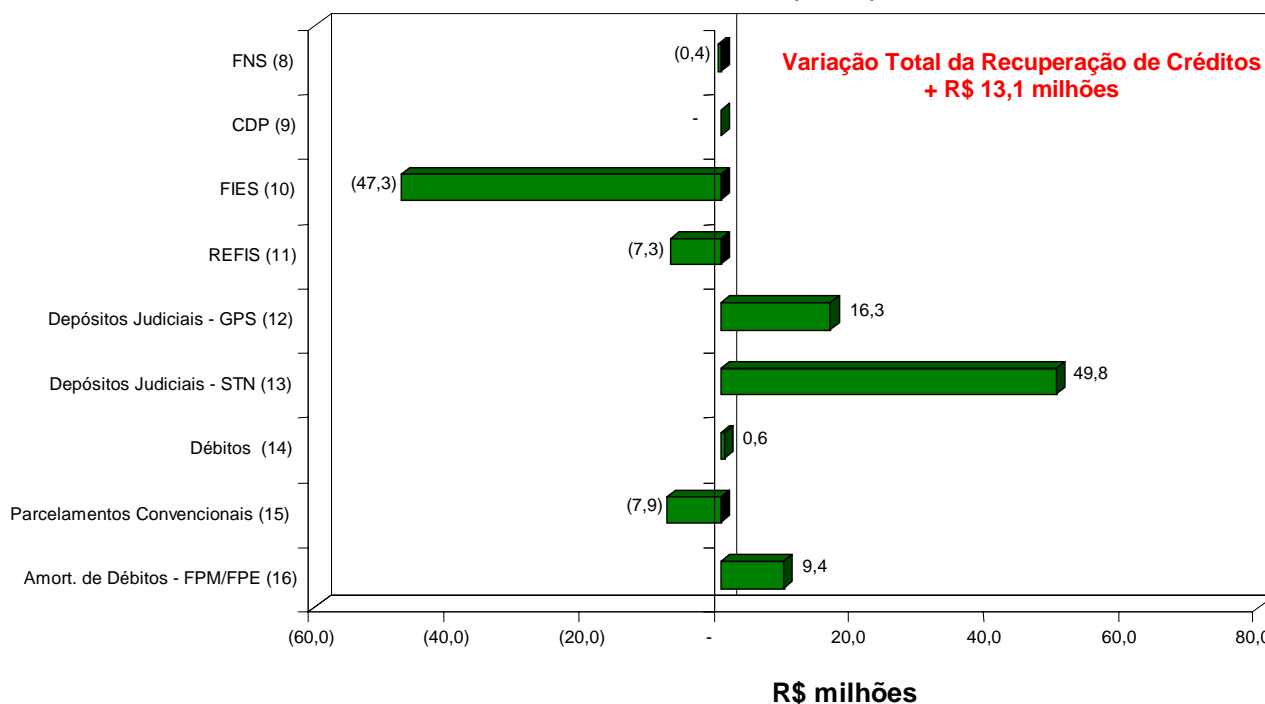
Segundo os Indicadores Industriais da CNI – Confederação Nacional da Indústria, houve em 2002 um aumento de 2,0% nas vendas reais das indústrias de transformação. Contudo, diminuiu em 0,6% os salários reais dos trabalhadores e em 0,1% o número de empregados. Esse movimento, segundo a CNI, foi consequência da diminuição da renda real das famílias e do aumento de custos ocasionado pela depreciação cambial que, por outro lado, ajudou alguns setores em virtude da melhoria da competitividade internacional.

Também contribuiu para a diminuição do resultado das receitas correntes a inflação verificada nos 12 últimos meses, que foi de 16,3%, segundo o INPC, fazendo com que as contribuições de janeiro de 2002 fossem atualizadas com aumentos superiores aos verificados na arrecadação nominal de janeiro de 2003.

Por último, houve diminuição de 0,7% no consumo das famílias em 2002, comparando-se com 2001, conforme mostra o resultado das Contas Nacionais apurado pelo IBGE. Isso pode estar refletindo a queda do rendimento das famílias.

As receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos cresceram R\$ 13,1 milhões, destacando-se o incremento de R\$ 49,8 milhões em Depósitos Judiciais – GPS e STN – (gráfico 2). No entanto, a inexistência de repasse do FIES inibiu um melhor desempenho das receitas de recuperação de créditos.

GRÁFICO 2
Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (Janeiro) de 2003 em relação a 2002
- Em R\$ milhões de Jan/2003 (INPC) -



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
 Elaboração: SPS/MPS
 Obs.: Ver tabela 1.



Em janeiro, as arrecadações da área urbana e rural foram de R\$ 5,3 bilhões e R\$ 147 milhões, respectivamente. Em relação aos benefícios, do total de R\$ 7,2 bilhões pagos, a área urbana recebeu R\$ 5,8 bilhões e R\$ 1,4 bilhão foi destinado à área rural. Cabe destacar que, após resultados superavitários em janeiro de 2001 e 2002, a área urbana passou também a apresentar desequilíbrio em 2003, em virtude, principalmente, da diminuição da arrecadação.

TABELA 2
Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2002 a 2003) - Janeiro - R\$ milhões de Jan/2003 - INPC

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Resultado (a - b)
2001	TOTAL	5.899	6.717	(818)
	Urbano	5.751	5.484	268
	Rural	147	1.233	(1.086)
2002	TOTAL	5.969	7.163	(1.194)
	Urbano	5.811	5.775	36
	Rural	158	1.388	(1.230)
2003	TOTAL	5.461	7.201	(1.740)
	Urbano	5.315	5.830	(515)
	Rural	147	1.372	(1.225)

Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/INSS
Elaboração: SPS/MPS

Em janeiro de 2003 foram pagos 21,1 milhões de benefícios, um aumento de 4,9% em relação a janeiro de 2002 (tabela 3). Dentre todas as espécies, o auxílio-doença previdenciário foi o que apresentou variação mais expressiva, com aumento de 40,5%. Em 2002, foram pagos 592 mil auxílios-doença, havendo aumento para 832 mil em 2003. Neste ano, o auxílio-doença chegou a representar 3,95% de todos os benefícios pagos; em 2002 essa participação foi de 2,94% do total.

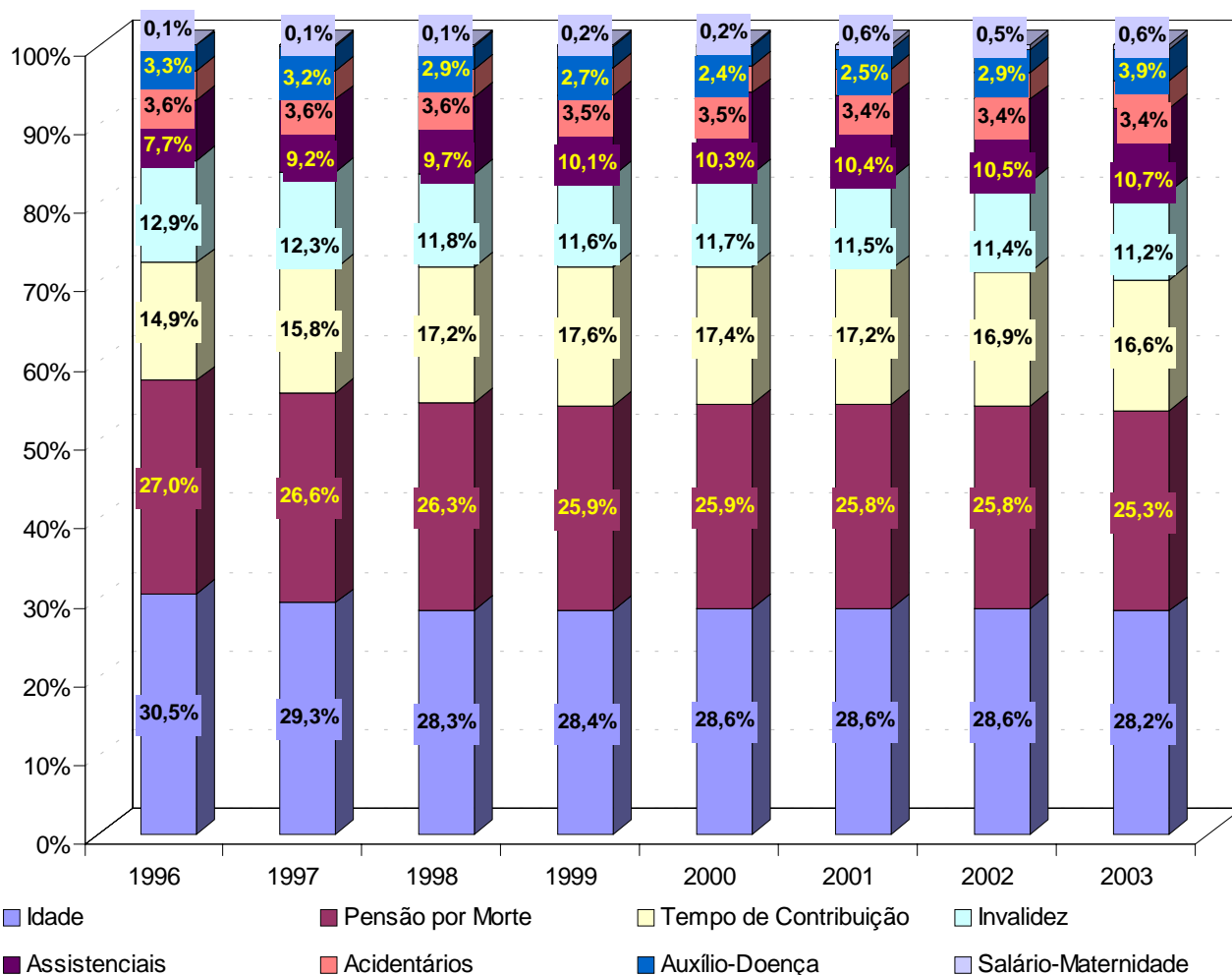
TABELA 3
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (2000 a 2003)

	Posição em Janeiro				Var. entre os períodos (%)		
	2000	2001	2002	2003	2001/2000	2002/2001	2003/2002
TOTAL	18.862.883	19.626.021	20.104.337	21.082.392	4,0	2,4	4,9
PREVIDENCIÁRIOS	16.267.271	16.909.813	17.306.919	18.107.189	3,9	2,3	4,6
Aposentadorias	10.878.332	11.225.067	11.416.216	11.788.147	3,2	1,7	3,3
Idade	5.385.162	5.603.352	5.737.284	5.949.979	4,1	2,4	3,7
Invalidez	2.206.154	2.258.124	2.282.850	2.350.957	2,4	1,1	3,0
Tempo de Contribuição	3.287.016	3.363.591	3.396.082	3.487.211	2,3	1,0	2,7
Pensão por Morte	4.880.491	5.062.636	5.173.750	5.338.093	3,7	2,2	3,2
Auxílio-Doença	456.876	481.910	592.028	831.800	5,5	22,9	40,5
Salário-Maternidade	37.608	124.799	108.687	129.868	231,8	(12,9)	19,5
Outros	13.964	15.401	16.238	19.281	10,3	5,4	18,7
ACIDENTÁRIOS	653.807	669.038	687.342	717.545	2,3	2,7	4,4
Aposentadorias	104.844	111.565	116.441	123.963	6,4	4,4	6,5
Pensão por Morte	127.839	128.999	129.300	130.048	0,9	0,2	0,6
Auxílio-Doença	77.375	75.965	84.849	103.713	(1,8)	11,7	22,2
Auxílio-Acidente	245.643	254.205	259.111	263.713	3,5	1,9	1,8
Auxílio-Suplementar	98.106	98.304	97.641	96.108	0,2	(0,7)	(1,6)
ASSISTENCIAIS	1.941.805	2.047.170	2.110.076	2.257.658	5,4	3,1	7,0
Amparos Assistenciais - LOAS	1.044.922	1.220.788	1.351.660	1.570.534	16,8	10,7	16,2
Idoso	318.413	408.697	478.651	590.168	28,4	17,1	23,3
Portador de Deficiência	726.509	812.091	873.009	980.366	11,8	7,5	12,3
Pensões Mensais Vitalícias	19.153	18.854	18.578	18.112	(1,6)	(1,5)	(2,5)
Rendas Mensais Vitalícias	877.730	807.528	739.838	669.012	(8,0)	(8,4)	(9,6)
Idade	334.116	300.703	268.288	234.844	(10,0)	(10,8)	(12,5)
Invalidez	543.614	506.825	471.550	434.168	(6,8)	(7,0)	(7,9)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

A participação dos benefícios emitidos por espécies apurada entre 1996 e 2003 mostra que os benefícios assistenciais foram o que apresentaram maior incremento relativo, passando de 7,7% em 1996 para 10,7% neste ano. Os benefícios por idade apresentaram decréscimo relativo no período, passando de uma participação de 30,5% em 1996 para 28,2% em 2003. Destaca-se também o comportamento das aposentadorias por tempo de contribuição, que apresentaram um grande aumento até 1999, mas que vêm caindo continuamente, atingindo uma participação de 16,6% em 2003 (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Participação dos Benefícios Emitidos pela Previdência Social
- 1996 a 2003 - Posição em Janeiro -



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

Em janeiro de 2003 foram concedidos 261 mil novos benefícios, com destaque para 92,1 mil auxílios-doença e 61,6 mil salários-maternidade. Em relação a janeiro de 2002, a concessão apresentou queda de 16,5%, em virtude, principalmente, da paralisação dos servidores do INSS no final de 2001, que fez com que houvesse desrepresamento na concessão de benefícios logo no início de 2002.



TABELA 4

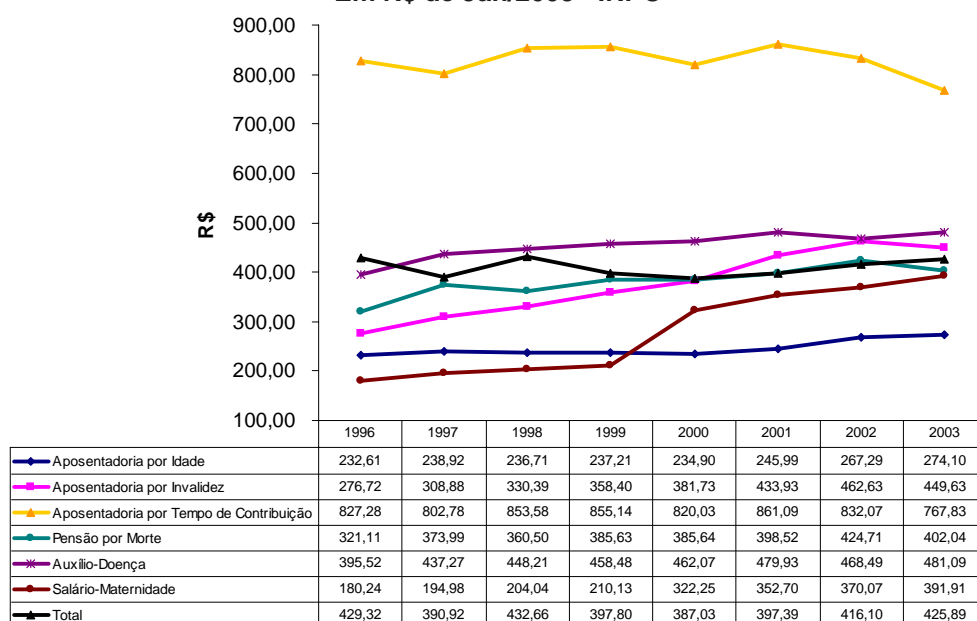
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (2000 a 2003)

	Posição em Janeiro				Variação %		
	2000	2001	2002	2003	2001/2000	2002/2001	2003/2002
TOTAL	211.305	225.565	312.735	261.004	6,7	38,6	(16,5)
PREVIDENCIÁRIOS	179.231	199.306	274.530	230.990	11,2	37,7	(15,9)
Aposentadorias	55.068	45.301	55.913	50.438	(17,7)	23,4	(9,8)
Idade	31.437	26.212	32.657	25.722	(16,6)	24,6	(21,2)
Invalidez	14.375	11.728	12.342	14.525	(18,4)	5,2	17,7
Tempo de Contribuição	9.256	7.361	10.914	10.191	(20,5)	48,3	(6,6)
Pensão por Morte	27.192	23.936	31.925	26.265	(12,0)	33,4	(17,7)
Auxílio-Doença	61.621	56.780	101.942	92.127	(7,9)	79,5	(9,6)
Salário-Maternidade	34.983	72.966	84.283	61.600	108,6	15,5	(26,9)
Outros	367	323	467	560	(12,0)	44,6	19,9
ACIDENTÁRIOS	15.474	12.195	18.247	13.078	(21,2)	49,6	(28,3)
Aposentadorias	968	673	642	733	(30,5)	(4,6)	14,2
Pensão por Morte	261	177	232	176	(32,2)	31,1	(24,1)
Auxílio-Doença	12.769	10.167	16.449	11.457	(20,4)	61,8	(30,3)
Auxílio-Acidente	1.348	1.032	869	674	(23,4)	(15,8)	(22,4)
Auxílio-Suplementar	128	146	55	38	14,1	(62,3)	(30,9)
ASSISTENCIAIS	16.600	14.064	19.958	16.936	(15,3)	41,9	(15,1)
Amparos Assistenciais - LOAS	16.477	13.984	19.888	16.875	(15,1)	42,2	(15,1)
Idoso	8.382	7.229	10.973	9.088	(13,8)	51,8	(17,2)
Portador de Deficiência	8.095	6.755	8.915	7.787	(16,6)	32,0	(12,7)
Pensões Mensais Vitalícias	68	58	60	44	(14,7)	3,4	(26,7)
Rendas Mensais Vitalícias	55	22	10	17	(60,0)	(54,5)	70,0
Idade	6	3	1	1	(50,0)	(66,7)	0,0
Invalidez	49	19	9	16	(61,2)	(52,6)	77,8

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

O valor médio do total de benefícios concedidos foi igual a R\$ 425,89 em janeiro de 2003. Esse número é 10,0% maior do que o apurado em 2000, quando a média era igual a R\$ 387,03. Essa tendência de crescimento entre 2000 e 2003 se deu com a maioria dos principais benefícios da Previdência Social. A única exceção se deu com as aposentadorias por tempo de contribuição, que apresentaram uma retração real de 6,1% no mesmo período, fato este ocasionado pela reforma constitucional de 1998 e pela introdução do fator previdenciário.

GRÁFICO 4
Valor Médio dos Benefícios Concedidos (Posição: Janeiro)
- Em R\$ de Jan/2003 - INPC -



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2003 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum. 2003
1. SALDO INICIAL	4.456.488												4.456.488
2. RECEBIMENTOS	6.351.450												6.351.450
2.1. ARRECADADAÇÃO	6.223.795												6.223.795
- Arrecadação Bancária	5.763.203												5.763.203
- SIMPLES (1)	323.639												323.639
- Programa de Recuperação Fiscal - REFFIS (2)	35.102												35.102
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	998												998
- Fundos de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (4)	-												-
- Quotação de Dividas (5)	-												-
- Depósitos Judiciais (6)	110.363												110.363
- Restituições de Arrecadação	(9.510)												(9.510)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	10.688												10.688
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	27.312												27.312
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	(2.214.962)												(2.214.962)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	2.304.617												2.304.617
- Recursos Ordinários	151.401												151.401
- Saldo de Exercícios Anteriores	-												-
- Operações de Crédito Externa	-												-
- COFINS	1.369.991												1.369.991
- COFINS/LOAS	287.249												287.249
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	86.103												86.103
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-												-
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-												-
- Contrib. Social sobre Lucro	9.873												9.873
- Contrib. Provisória s/ Mx. Financiada - CPMF	400.000												400.000
3. PAGAMENTOS	8.877.470												8.877.470
3.1. PAGAMENTOS INSS	8.115.031												8.115.031
3.1.1. BENEFÍCIOS	7.536.935												7.536.935
- Total de Benefícios	7.600.797												7.600.797
- Devolução de Benefícios	(63.862)												(63.862)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	7.201.329												7.201.329
3.1.1.2. NÃO-PROVIDENCIÁRIOS	335.606												335.606
3.1.2.1. EPU T.N.	75.126												75.126
3.1.2.2. LOAS	260.479												260.479
3.1.2. PESSOAL (9)	453.782												453.782
3.1.3. CUSTEIO (10)	124.314												124.314
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (11)	762.438												762.438
4. ARRECADADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	5.461.357												5.461.357
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(1.739.972)												(1.739.972)
6. SALDO ARREG. LIQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(2.075.578)												(2.075.578)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	(2.526.020)												(2.526.020)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (12)	1.930.468												1.930.468

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MS.

Obs.: Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (anual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Reine pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(10) Reine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Treinamento, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Paraná), DATAPREV, PAREPE e Diversos.

(11) Recursos recebidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FUNDE (salário educação), INCRA, DPC/DFEP - Maranhão, SDR/MARA, SENAI, SESI, SENAC, SENC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2

Fluxo de Caixa - Jan/2003 (R\$ mil de Jan/2003 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Jan/2003 - INPC									
	Jan/02	dez/02	Jan/03	Var. III/II	Em %	Var. III/III	Em %	Acum. Jan. a Jan-02 - IV	Acum. Jan. a Jan-03 - V	Var. Acum. V / IV Em %
	I	II	III	Em %	Em %	Em %	Em %			
1. SALDO INICIAL	1.730.414	2.153.993	4.456.488	107	158	158	158	1.730.414	4.456.488	158
2. RECEBIMENTOS	8.998.433	17.512.159	6.351.450	(64)	(29)	(29)	8.998.433	6.351.450	6.351.450	(29)
2.1. ARRECAÇÃO	6.705.191	10.804.750	6.223.795	(42)	(27)	(27)	6.705.191	6.223.795	6.223.795	(7)
- Arrecadação Bancária	6.268.609	10.418.192	5.763.203	(45)	(8)	(8)	6.268.609	5.763.203	5.763.203	(8)
- SIMPLES (1)	312.744	295.636	323.639	9	3	3	312.744	323.639	323.639	3
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	42.451	30.427	35.102	15	(17)	(17)	42.451	35.102	35.102	(17)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	1.428	1.033	998	(3)	(30)	(30)	1.428	998	998	(30)
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	47.281	69.135	-	(100)	(100)	(100)	47.281	-	-	(100)
- Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Depósitos Judiciais (7)	60.542	36.085	110.363	206	82	82	60.542	110.363	110.363	82
- Restituições de Arrecadação	(27.864)	(45.757)	(9.510)	(79)	(66)	(66)	(27.864)	(9.510)	(9.510)	(66)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	6.122	1.730	10.688	518	75	75	6.122	10.688	10.688	75
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	25.681	127.048	27.312	(79)	6	6	25.681	27.312	27.312	6
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	1.581.969	984.814	(2.214.962)	(325)	(240)	(240)	1.581.969	(2.214.962)	(2.214.962)	(240)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	679.470	5.933.817	2.304.617	(59)	239	239	679.470	2.304.617	2.304.617	239
- Recursos Ordinários	119.334	2.110.773	151.401	(93)	27	27	119.334	151.401	151.401	27
- Saldo de Exercícios Anteriores	-	6	-	(100)	-	-	-	-	-	-
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- COFINS	172.663	2.223.528	1.369.991	(38)	693	693	172.663	1.369.991	1.369.991	693
- COFINS/LOAS	358.871	238.139	287.249	21	(20)	(20)	358.871	287.249	287.249	(20)
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	26.756	76.853	86.103	12	222	222	26.756	86.103	86.103	222
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Social sobre Lucro	1.847	325.059	9.873	(97)	435	435	1.847	9.873	9.873	435
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - OPMF	-	615	-	(100)	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - OPMF	-	618.845	400.000	(35)	-	-	-	400.000	400.000	-
3. PAGAMENTOS	8.760.708	15.099.588	8.877.470	(41)	1	1	8.760.708	8.877.470	8.877.470	1
3.1. PAGAMENTOS INSS	8.024.663	14.616.983	8.115.031	(44)	1	1	8.024.663	8.115.031	8.115.031	1
3.1.1. BENEFÍCIOS	7.550.111	13.745.450	7.536.935	(45)	(0)	(0)	7.550.111	7.536.935	7.536.935	(0)
- Total de Benefícios	7.661.868	13.792.464	7.600.797	(45)	(1)	(1)	7.661.868	7.600.797	7.600.797	(1)
- Devolução de Benefícios	(111.757)	(47.014)	(63.862)	36	(43)	(43)	(111.757)	(63.862)	(63.862)	(43)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	7.163.479	13.393.666	7.201.329	46	1	1	7.163.479	7.201.329	7.201.329	1
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	386.632	351.784	356.606	(6)	(13)	(13)	386.632	356.606	356.606	(13)
3.1.2.1. EPU T.N.	56.653	87.258	75.126	(14)	28	28	56.653	75.126	75.126	28
3.1.2.2. LOAS	327.979	264.526	260.479	(2)	(21)	(21)	327.979	260.479	260.479	(21)
3.1.2. PESSOAL (9)	364.198	341.893	453.782	33	25	25	364.198	453.782	453.782	25
3.1.3. CUSTEIO (10)	110.354	529.640	124.314	(77)	13	13	110.354	124.314	124.314	13
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (11)	736.044	482.605	762.438	58	4	4	736.044	762.438	762.438	4
4. ARRECAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	5.969.146	10.322.145	5.461.357	(47)	(9)	(9)	5.969.146	5.461.357	5.461.357	(9)
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(1.194.332)	(3.071.521)	(1.739.972)	(43)	46	46	(1.194.332)	(1.739.972)	(1.739.972)	46
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(1.580.964)	(3.423.305)	(2.075.578)	(39)	31	31	(1.580.964)	(2.075.578)	(2.075.578)	31
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	237.726	2.412.571	(2.526.020)	(205)	(1.163)	(1.163)	237.726	(2.526.020)	(2.526.020)	(1.163)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (12)	1.968.139	4.566.563	1.930.468	(58)	(2)	(2)	1.968.139	1.930.468	1.930.468	(2)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPF.

Obs.: Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadação e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pelo SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívidas recebidas em decorrência de Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Associação, Confissão e Composição de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.799/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Retorno de pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(10) Retorno de despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEDAP, PASEP, PASEP e Diversos.

(11) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (cadastro educação), INCEA, DPC/DFEP - Maranhão, SDB/MARA, SEMA, SESI, SENAC, SESC, SERRA, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Jan/2003 - INPC)

Valores em milhões R\$ de Jan/2003 - INPC

Período	Arrecadação Bruta	Transferências a	Arrecadação	Benefícios Previdenciários			Relação %	Saldo
	(1)	Terceiros	Líquida	(2)	(3)	(4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)				
Valores referentes ao acumulado até o mês de Janeiro, a preços de Jan/2003 INPC								
1993	5.285	359	4.926	2.801		57	2.125	
1994	3.544	301	3.243	3.108		96	135	
1995	4.697	389	4.308	4.007		93	301	
1996	5.151	422	4.728	4.877		103	(149)	
1997	5.889	358	5.530	5.304		96	226	
1998	5.598	81	5.518	6.048		110	(530)	
1999	5.744	456	5.287	6.305		119	(1.018)	
2000	5.954	642	5.313	6.290		118	(977)	
2001	6.682	784	5.899	6.717		114	(818)	
2002	6.705	736	5.969	7.163		120	(1.194)	
2003	6.224	762	5.461	7.201		132	(1.740)	
jan/01	6.682	784	5.899	6.717		114	(818)	
fev/01	6.484	411	6.074	6.737		111	(663)	
mar/01	6.323	446	5.877	6.890		117	(1.012)	
abr/01	6.462	464	5.997	6.853		114	(856)	
mai/01	6.546	412	6.133	7.230		118	(1.097)	
jun/01	6.678	427	6.250	7.234		116	(983)	
jul/01	6.567	457	6.110	7.503		123	(1.394)	
ago/01	6.602	457	6.145	7.410		121	(1.265)	
set/01	6.367	419	5.948	7.289		123	(1.341)	
out/01	6.505	420	6.085	7.230		119	(1.145)	
nov/01	6.447	422	6.024	7.908		131	(1.884)	
dez/01	10.542	436	10.107	13.267		131	(3.160)	
jan/02	6.705	736	5.969	7.163		120	(1.194)	
fev/02	6.405	393	6.012	7.254		121	(1.242)	
mar/02	6.379	409	5.970	7.280		122	(1.310)	
abr/02	6.573	424	6.149	7.342		119	(1.193)	
mai/02	6.764	431	6.332	7.559		119	(1.226)	
jun/02	6.457	445	6.013	7.655		127	(1.642)	
jul/02	6.933	441	6.492	7.970		123	(1.478)	
ago/02	6.923	454	6.470	7.931		123	(1.461)	
set/02	6.820	458	6.362	7.921		125	(1.559)	
out/02	7.109	481	6.628	7.867		119	(1.239)	
nov/02	6.623	486	6.137	8.276		135	(2.139)	
dez/02	10.805	483	10.322	13.394		130	(3.072)	
jan/03	6.224	762	5.461	7.201		132	(1.740)	

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPs.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

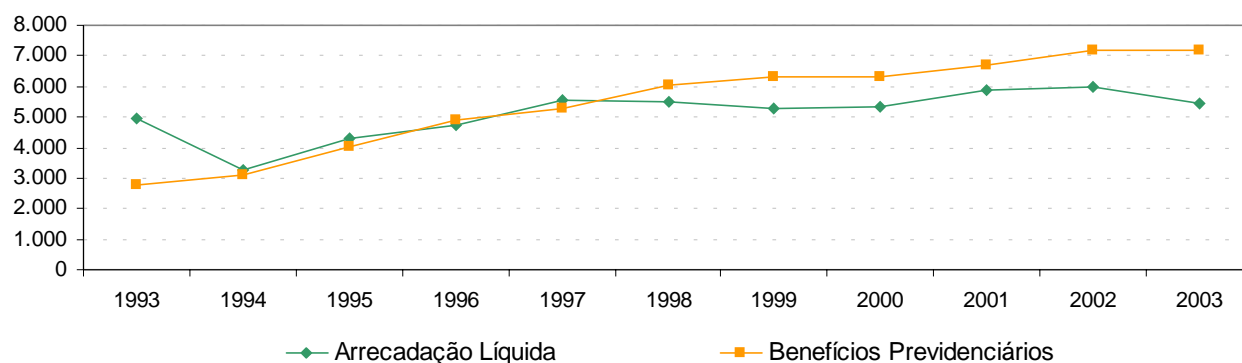
(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios
(acumulado até o mês de janeiro de cada ano, em R\$ milhões de jan/03 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0-XX-61) 317-5011
Fax: (0-XX-61) 317-5408
e-mail: cgep@df.previdenciasocial.gov.br
70 059-900 – Brasília/DF



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

IMPRESSO